



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**

COMARCA DE CASCAVEL

4ª VARA CÍVEL DE CASCAVEL - PROJUDI

Avenida Tancredo Neves, 2320 - Fórum - Alto Alegre - Cascavel/PR - CEP: 85.805-000 - Fone: 45 3392-5035 - Celular: (45) 3392-5035 - E-mail: CAS-4VJ-S@tjpr.jus.br

**Autos nº. 0028233-83.2024.8.16.0021**

Processo: 0028233-83.2024.8.16.0021

Classe Processual: Recuperação Judicial

Assunto Principal: Tutela de Urgência

Valor da Causa: R\$20.000.000,00

Autor(s): • FAZENDA BELA VISTA HOLDING LTDA

• Gilmar Goes

• ROSIMAR VALLER

• VALLER & GOES – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA

Réu(s): • Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP

I – Conheço dos embargos de declaração de mov. 137.1, pois presentes os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade recursal, e, no mérito, dou-lhes provimento, diante da existência de erro material na decisão embargada.

É que a relação dos empregados do grupo demandante se encontra aos movs. 108.15 e **108.16**, e não 18.16, como constou na decisão por erro de digitação.

De outro lado, não há que se exigir, na relação de empregados, a discriminação pormenorizada de todas as parcelas referentes às verbas rescisórias, não havendo, no entender deste julgador, necessidade de complementação da documentação neste ponto.

Já em relação à apresentação de cópia “desatualizada” do contrato social, os documentos estavam atualizados quando da propositura da demanda e, considerando que as modificações societárias contratadas pelos sócios não foram levadas a registro perante a Junta Comercial, ainda estão atualizados, não havendo qualquer vício a ser sanado.

Ainda, se o embargante encontrou, “ao procurar processos no nome da empresa Valler & Goes – Gestão e Administração de Bens Ltda.”, “um processo trabalhista no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região”, a omissão, à toda evidência, seria dos **recuperandos**, e não do juízo, a quem não cabe fazer tal modalidade de pesquisa.

Seja como for, a demanda indicada foi proposta em 30.09.2024, ou seja, após o ajuizamento da recuperação (28.08.2024), de modo que sequer os recuperandos podem ser tachados de omissos.

Por outro vértice, no tocante à apresentação dos instrumentos dos contratos, houve a indicação de todos os negócios jurídicos a onerar os bens dos recuperandos com alienação fiduciária, de modo que, ainda que recomendável a juntada dos contratos, não há como se reputar que a exigência legal foi descumprida.



Por fim, quanto à alegada ausência dos requisitos necessários à consolidação substancial, a simples leitura dos embargos evidencia *inconformismo* com o *conteúdo* da decisão e o manifesto propósito de *infringi-lo*, para o que deve interpor o recurso próprio que não os embargos de declaração.

II – Conheço dos embargos de declaração de mov. 156.1 e, no mérito, nego-lhes provimento, por não vislumbrar qualquer vício na decisão embargada.

Com efeito, ao mov. 105.1 o Sr. Gilmar Góes afirmou, com todas as letras, que “*não participará ATIVAMENTE do PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, proposto pelos demais Requerentes, em virtude de sua expulsão da Fazenda Bela Vista, pela Sr.ª ROSIMAR VALLER, em 23/08/2024, inviabilizando assim, sua participação direta no Plano de Recuperação Judicial, conforme ESCRITURA PUBLICA DE DECLARAÇÃO E REVOGAÇÃO juntada no mov.73.2*”.

Ora, com toda a *venia* ao defensor do Sr. Gilmar, quem afirma que não vai participar “ativamente” na recuperação porque não pode ter “participação direta” no plano está sim pedindo sua exclusão do processo. O que mais faria num processo de recuperação judicial sem atuar no processo e na execução do plano?

O que se vê, em verdade, é que o ora embargante teve uma *mudança de ideia* – o que fica claro através da manifestação de mov. 145.1 –, mas não que este juízo partiu de “premissa equivocada”, porque a premissa (equivocada ou não) foi integralmente fornecida pelo próprio embargante.

Seja como for, homologada a desistência por sentença, não cabe à parte “desistir da desistência” através de embargos de declaração e tentar voltar ao polo ativo da demanda, uma vez que não apenas houve preclusão lógica, como também porque “*Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide*” (Código de Processo Civil, art. 505).

Nego, pois, provimento ao recurso.

III – Assim estabelece o art. 24, §§ 1º e 2º, da Lei nº 11.101/2005:

*Art. 24. O juiz fixará o valor e a forma de pagamento da remuneração do administrador judicial, observados a capacidade de pagamento do devedor, o grau de complexidade do trabalho e os valores praticados no mercado para o desempenho de atividades semelhantes.*

*§ 1º Em qualquer hipótese, o total pago ao administrador judicial não excederá 5% (cinco por cento) do valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial ou do valor de venda dos bens na falência.*

*§ 2º Será reservado 40% (quarenta por cento) do montante devido ao administrador judicial para pagamento após atendimento do previsto nos arts. 154 e 155 desta Lei.*

Ainda, o art. 4º da Recomendação nº 141/2023 do Conselho Nacional de Justiça dispõe que “*Nos processos recuperacionais, recomenda-se que o pagamento dos honorários fixados pelo(a) Magistrado (a) seja preferencialmente feito em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, o que corresponde à duração máxima de um processo de recuperação judicial com prazo integral de fiscalização de cumprimento do plano*”.

Na espécie dos autos, foi apontado na inicial um passivo sujeito à recuperação judicial no valor de R\$ 23.520.105,85, de modo que a remuneração total da Administradora Judicial montaria, num primeiro momento, R\$ 1.176.005,29, dos quais R\$ 705.603,17 seriam pagos durante o processamento da recuperação e o saldo restante após o encerramento.

Assim, os honorários, a rigor, deveriam ser pagos em 36 parcelas mensais e iguais de R\$ 19.600,09.

Ocorre que, como bem apontado pela Administração Judicial, pende controvérsia acerca do valor efetivamente sujeito à recuperação, seja porque houve a exclusão de Gilmar Góes do polo ativo da demanda, seja porque, com as impugnações e habilitações de crédito, tal montante seguramente estará sujeito a modificação.

Prudente, portanto e por ora, a fixação dos honorários da Administradora Judicial no montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) até a apresentação do Quadro-Geral de Credores, quando então será possível reavaliar o passivo sujeito à recuperação e, havendo necessidade, readequar o montante da remuneração.

Fixo, assim, a remuneração da Administradora Judicial em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) mensais, a serem pagos pelo grupo recuperando, montante que entendo adequado e proporcional às forças dos recuperandos e ao trabalho que será exigido pelo feito até a apresentação do Quadro-Geral de Credores.

IV – Manifestem-se os autores, em 05 (cinco) dias, quanto ao exame de legalidade do Plano de Recuperação Judicial realizado pela Administradora Judicial ao mov. 187.3, adequando-o no que for necessário.

V – Publique-se o edital apresentado ao mov. 155.2 e, após a manifestação das recuperandas determinada no item IV acima, também o edital a que alude o art. 53, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005, considerando que já foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial (mov. 177.1).

VI – Movs. 160.1, 163.1: anotações necessárias.

VII – Levante-se para “público” o nível de sigilo do processo.

VIII – Às recuperandas para pagamento das custas de mov. 165.1, caso ainda não tenham sido recolhidas.

IX – Ciente dos RAPs de movs. 171.1, 187.1 e 197.1.

X – Ciente da interposição de agravo de instrumento (mov. 178.1). Mantenho a decisão recorrida por seus próprios fundamentos.

XI – Eventual requisição de informações será atendida nos próprios autos do recurso.

XII – Conforme o disposto no art. 300 do Código de Processo Civil, “*A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo*”.



Na hipótese dos autos, a Administração Judicial trouxe aos autos (mov. 184.1) informação relevante acerca do patrimônio do grupo recuperando que exige a adoção, pelo juízo, de medidas acautelatórias para garantia do resultado útil do processo recuperacional.

Com efeito. Como se vê do documento de mov. 174.2, em **06.12.2024** – após, portanto, o deferimento do processamento da recuperação judicial – a autora Rosimar Valler e o Sr. Gilmar Góes juntaram cópia do plano de partilha de bens apresentado à homologação perante o juízo da Vara de Família de Alto Piquiri.

Do exame do referido instrumento colhe-se que nele houve a transferência, para Gilmar Góes, dos imóveis matriculados sob os n°s 2.095 e 2.112 junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Alto Piquiri (itens “a” e “b”), **os quais pertencem à Fazenda Bela Vista Holding** (R-08-M-2.095 e R-23-M-2.112, respectivamente; movs. 46.14 e 46.17), que integra o polo ativo da presente demanda.

Como se vê, houve a dação em pagamento, por Rosimar Valler (que pediu recuperação judicial como pessoa física e também ficou como única sócia da Fazenda Bela Vista Holding) de imóvel pertencente à sociedade recuperanda, o que encontra óbice, por qualquer ângulo que se encare a questão, no art. 66 da Lei nº 11.101/2005, que assim dispõe:

*Art. 66. Após a distribuição do pedido de recuperação judicial, o devedor não poderá alienar ou onerar bens ou direitos de seu ativo não circulante, inclusive para os fins previstos no art. 67 desta Lei, salvo mediante autorização do juiz, depois de ouvido o Comitê de Credores, se houver, com exceção daqueles previamente autorizados no plano de recuperação judicial.*

Não se ignora, aqui, que constou no mesmo instrumento que a efetiva transferência do imóvel seria realizada apenas após o encerramento do processo recuperacional (do que, todavia, não se tem garantia).

Sem embargo, fato é que *houve alienação de ativos* de pessoa em recuperação judicial (e Rosimar Valler e a Fazenda Bela Vista Holding Ltda. estão em recuperação) sem prévia autorização judicial.

Não bastasse isso, no mesmo instrumento consta o seguinte:

**“O Requerente assumirá de imediato o domínio de propriedade sobre os imóveis descritos nas Matrículas 2095 e 2112, que totalizam uma área de 11,36 (onze vírgula trinta e seis) alqueires paulistas. Tais imóveis estão vinculados a um Contrato Particular de Parceria Agrícola, registrado sob o nº 0007440/00, em 17/09/2024, no Serviço de Registro de Títulos e Documentos de Alto Piquiri/PR. O contrato prevê um percentual de 35% do resultado líquido ao final das produções de soja e milho ao parceiro outorgante.**  
**Em decorrência da presente partilha, fica estabelecido que, o Requerente se subrogará em 25% do resultado líquido da produção de soja e milho referentes aos 11,36 Alqueires Paulistas mencionados. Em contrapartida deve-se determinar a imediata revogação da medida liminar parcialmente concedida em 28/10/2024, conforme registrado na seq. 31 dos presentes autos”.**



Ou seja, não bastasse a alienação de imóvel pertencente à sociedade recuperanda sem prévia autorização judicial, houve também a cessão do crédito decorrente do contrato de parceria que tem por objeto a exploração do referido imóvel, com a consequente redução da produção, geração de renda e capacidade de pagamento dos recuperandos.

Desse modo, ainda que se admita que a efetiva transmissão da propriedade do imóvel se dará apenas ao final do processo recuperacional, a transmissão de fato já ocorreu.

Para piorar, no mesmo instrumento de partilha consta que bens integralizados na sociedade empresária Valler & Goes (também recuperanda) seriam também dados em pagamento os seguintes maquinários agrícolas:

- a) COLHEITADEIRA - MARCA NEW HOLLAND, MODELO TX 5.90, ANO 2023, SERIE: 58XSS01432, CHASSI HCCYTX59CPCL13380 - HAVIDA EM 18/04/2023. QUITADA e LIVRE DE ÔNUS.
- b) PLATAFORMA DE SOJA - MARCA NEW HOLLAND, MODELO 25 PES SUPERFLEX, ANO 2022, SERIE: 9F722503038, CHASSI: HCCB25FNHNCL28240 - HAVIDO EM 18/04/2023. QUITADA e LIVRE DE ÔNUS.
- c) PLATAFORMA DE MILHO - MARCA NEW HOLLAND, MODELO PREMIUM COM 13 LINHAS, ANO 2023, SERIE / CHASSI : P5998 - HAVIDO EM 09/05/2023. QUITADA e LIVRE DE ÔNUS.
- d) TRATOR - MARCA JOHN DEERE; MODELO 6145; ANO 2011; CHASSI IBM6145JEBD001424 - HAVIDO EM 07/02/2023. QUITADO e LIVRE DE ÔNUS.
- e) PLANTADEIRA - MARCA JOHN DEERE; MODELO 1100 11 LINHAS; ANO 2018; CHASSI 1CQ1111AEJ0120311 - HAVIDO EM 07/02/2023. QUITADO e LIVRE DE ÔNUS.
- f) CARGA / CAMINHÃO / BASCULANTE - MARCA VW; MODELO 24.280 CRM 6X2; COMBUSTIVEL DIESEL; ANO 2015/2016; PLACA BAI-3412; RENAVAM 01077101756; CHASSI 953658242GR604743 - HAVIDO EM 14/02/2019. QUITADO e LIVRE DE ÔNUS.
- g) CARGA / CAMINHONETE - MARCA FORD; MODELO RANGER; COMBUSTIVEL DIESEL; ANO 2021/2022; RENAVAM 245449; CHASSI 8AFAR23L7NJ263625 - HAVIDO EM 30/11/2021. QUITADO e LIVRE DE ÔNUS.
- h) CARGA / CAMINHONETE - MARCA TOYOTA; MODELO BANDEIRANTE; COMBUSTIVEL DIESEL; ANO 1990/1990; PLACA AAN-1570; RENAVAM 0052.368114-3; CHASSI 9BR0J0080L1008816 - HAVIDO EM 06/05/2019. QUITADO e LIVRE DE ÔNUS.

Todos esses bens, convém ressaltar, foram inclusive considerados essenciais à continuidade da empresa, sendo arrolados no laudo de constatação prévia de mov. 71.2. A plantadeira John Deere 1100 11 linhas de chassi 1CQ1111AEJ0120311, inclusive, foi relacionada até junto com o plano de recuperação judicial (mov. 177.6).

Para arrematar, consta ainda do referido instrumento que seria reconhecida a dação em pagamento do imóvel matriculado sob o nº 73.360 junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Umuarama, feita por Valler & Goes (em recuperação neste feito) em favor de Terra & Ramos Administradora de Bens, em razão de empréstimo informado nas declarações de imposto sobre a renda de Gilmar Góes referentes aos anos 2022/2023 e 2023/2024.



Veja-se:

*“As partes reconhecem como legítima a DAÇÃO EM PAGAMENTO do IMÓVEL constituído pelo APARTAMENTO 107 COM 02 VAGAS – ÁREA 112m2 – EDIFÍCIO RESIDENCIAL CABRAL, registrado na MATRÍCULA 73.360 do 1º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE UMUARAMA/PR, realizada em 12/2023, em favor da empresa TERRA & RAMOS ADMINISTRADORA DE BENS PRÓPRIOS LTDA, em liquidação ao EMPRÉSTIMO PECUNIÁRIO contratado, em 06/2022, em favor de GILMAR GÓES, conforme DÍVIDAS E ÔNUS REAIS apontado nas DECLARAÇÕES IRPF 2022/2023 e IRPF 2023/2024”*

Cuida-se, como se vê, de pretensão de reconhecimento da validade de alienação de bens de sociedade em recuperação para adimplemento de dívidas de ex-sócio, o que, uma vez mais, vulnera o art. 66 da Lei nº 11.101/2005 e atenta frontalmente contra a finalidade da recuperação.

Assim sendo, com fundamento no poder geral de cautela, e para garantir o resultado útil do processo, **determino**:

- a) oficie-se ao juízo da Vara de Família de Alto Piquiri solicitando o sobrestamento dos efeitos de eventual decisão homologatória da partilha apresentada nos autos de nº 0001044-67.2024.8.16.0042, bem como que não seja expedido o formal de partilha até o término desta recuperação judicial;
- b) oficie-se ao Cartório de Registro de Imóveis de Alto Piquiri solicitando que averbe a existência da presente recuperação judicial nas matrículas de nºs 2095 e 2112, bem como para que deixe de registrar qualquer transferência de propriedade dos imóveis sem prévia autorização judicial.
- c) oficie-se ao Cartório de Registro de Imóveis de Maringá solicitando que averbe a existência da presente recuperação judicial nas matrículas de nºs 15.921 e 15.923, bem como para que deixe de registrar qualquer transferência de propriedade dos imóveis sem prévia autorização judicial;
- d) oficie-se ao Cartório de Registro de Imóveis de Mandaguaçu solicitando que averbe a existência da presente recuperação judicial na matrícula de nº 12.345, bem como para que deixe de registrar qualquer transferência de propriedade dos imóveis sem prévia autorização judicial;
- e) oficie-se ao Cartório de Registro de Imóveis de Umuarama solicitando que averbe a existência da presente recuperação judicial na matrícula de nº 73.360, bem como para que deixe de registrar qualquer transferência de propriedade dos imóveis sem prévia autorização judicial.

XIII – Considerando que a Sra. Administradora Judicial informou que, em visita técnica realizada na sede das devedoras, grande parte do maquinário já não se encontrava mais local (mov. 184.1), o que foi confirmado pelo parceiro (mov. 188.1), tudo indica que houve inovação ilegal no estado de fato de bens litigiosos, o que caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça (Código de Processo Civil, art. 77, inc. VI) e pode também caracterizar ilícito penal (Lei nº 11.101/2005, art. 173).



Destaque-se aqui que, embora a autora Rosimar Valler, ao propor demanda em face do parceiro, tenha imputado a ele a retirada do maquinário da Fazenda (mov. 196.1), o mesmo juízo posteriormente reconheceu que o maquinário confiado ao Sr. Marcio Adriano dos Santos está regularmente conservado e mantido por ele (cf. decisão de mov. 33.1 dos autos de nº 0000342-87.2025.8.16.0042).

Assim sendo, **intime-se** pessoalmente o Sr. Gilmar Góes para que, em 15 (quinze) dias, apresente sua justificativa e, estando na posse do maquinário, promova sua restituição, sob pena de imposição de multa pela prática de ato atentatório à dignidade da justiça.

XIV – Ainda, havendo indícios da prática, em tese, dos delitos tipificados nos arts. 171 e 173 da Lei nº 11.101/2005, extraia-se cópia digital dos autos e encaminhem-na ao Ministério Público para que sejam adotadas as providências necessárias.

XV – Prosseguindo agora na temática das alienações de imóveis, passo a apreciar os demais requerimentos pendentes acerca da questão.

Pois bem. Ao mov. 67.1 Fábio Oliveira Terra comunicou:

a) em 14.04.2023 a sociedade Terra & Ramos Administradora de Bens Próprios Ltda., terceira ao feito, transferiu aos sobrinhos da autora Rosimar Valler os imóveis de matrículas nºs 1.955, 1.956 e 1.957 do Cartório de Registro de Imóveis de Alto Piquiri, sendo que o imóvel de matrícula nº 1.954 do mesmo ofício também foi transferido aos herdeiros mediante permuta do imóvel de matrícula nº 3.862;

b) que em 02.09.2024 a recuperanda Valler & Góes – Gestão e Administração de Bens Ltda. transferiu a Terra & Ramos Administradora de Bens Próprios, por meio de escritura pública de compra e venda, os imóveis matriculados sob os nºs 15.921 e 15.923 junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Maringá, bem como o imóvel matriculado sob o nº 12.345 junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Mandaguaçu.

Em relação aos imóveis de matrículas nºs 1.955 e 1.956 do Cartório de Registro de Imóveis de Alto Piquiri, os bens se encontram registrados em nome de Terra & Terra Holding Ltda., que não pediu recuperação judicial e é terceira ao feito. Assim, tratando-se de *res inter alios*, não cabe aqui qualquer deliberação acerca de sua existência, validade ou eficácia.

Já no tocante ao imóvel de matrícula nº 1.954 do Cartório de Registro de Imóveis de Alto Piquiri, ao imóvel de matrícula nº 12.345 do Cartório de Registro de Imóveis de Mandaguaçu e aos imóveis de matrículas nºs 15.921 e 15.923 do Cartório de Registro de Imóveis de Maringá, a situação é distinta, pois integram o patrimônio da recuperanda Valler & Goes, merecendo assim o escrutínio deste juízo recuperacional.

O imóvel de matrícula nº 1.954 do Cartório de Registro de Imóveis de Alto Piquiri, foi permutado em favor de Valéria Aparecida Valler e Rômulo Danillo Marques Valler através do instrumento particular de permuta de mov. 67.2, os quais se comprometeram a integralizar o imóvel ao capital social da Fazenda Bela Vista, para posterior recebimento de cotas da sociedade.



Neste particular, assiste razão à Sra. Administradora Judicial ao sustentar que a avença deve ser integralmente cumprida, pois, embora ainda não tivesse havido a efetiva transmissão da propriedade imóvel quando do pedido de recuperação – que só ocorre com o registro do título translativo; Código Civil, art. 1.227 –, o negócio efetivamente é anterior a ele.

A par disso, a escritura pública de dação em pagamento foi lavrada em 14.04.2023 (mov. 87.16) – antes do ajuizamento do pedido de recuperação judicial, portanto –, não havendo qualquer razão para se reconhecer alguma irregularidade na avença.

Some-se a isso ainda, como apontado pela Sra. Administradora, que ao mov. 87 foram apresentados certificados de cadastro de imóvel rural, inscrição do imóvel rural no Cadastro Rural do Estado do Paraná e inscrição do imóvel rural perante a Receita Federal, todos referentes aos anos de 2023 e 2024, tudo dando conta de que Rômulo e Valéria, embora não fossem proprietários registrais do imóvel, sobre ele já exercem os poderes inerentes ao domínio desde a lavratura da escritura.

Assim, e tendo em conta que a transferência do imóvel aos terceiros já se regularizou (mov. 185.3), não há qualquer ilicitude a ser pronunciada.

Sem embargo, em relação ao imóvel de matrícula nº 12.345 do Cartório de Registro de Imóveis de Mandaguaçu e aos imóveis de matrículas nºs 15.921 e 15.923 do Cartório de Registro de Imóveis de Maringá, as escrituras públicas de compra e venda foram lavradas em **02.09.2024**, após o ajuizamento da recuperação judicial (28.08.2024), o que atrai a incidência do art. 66 da Lei nº 11.101/2005 a exigir prévia autorização do juízo recuperacional.

Assim, reconheço a invalidade das referidas alienações, devendo os imóveis respectivos permanecerem sob o domínio das recuperandas até ulterior deliberação judicial ou o encerramento da recuperação, o que ocorrer primeiro.

Deixo, todavia, de ingressar na possível duplicidade de pagamentos apontada pela Sra. Administradora por entender que, tratando-se de crédito devido em face das recuperandas, a sede própria para análise da existência ou não de pagamento é na elaboração do Quadro-Geral de Credores e na impugnação que eventualmente venha a ser oposta.

XVI – Já adiantando a solicitação do juízo da Vara Cível de Comarca de Alto Piquiri na decisão de mov. 33.1 dos autos de nº 0000342-87.2025.8.16.0042, observo que a competência, como é cediço, é definida pelo pedido e pela causa de pedir.

Na espécie daqueles autos, a recuperanda Rosimar Valler alegou que houve descumprimento, pelo Sr. Marcio Adriano dos Santos, do contrato de parceria rural celebrado entre os litigantes, pedindo ao final a declaração da rescisão do contrato de parceria e a condenação do réu ao pagamento de indenização por danos materiais.





Como se vê, tanto o pedido quanto a causa de pedir daquele feito não guardam relação com a competência especializada deste juízo recuperacional, cabendo ao juízo cível o processo e julgamento da causa.

Registre-se, por fim, que não se mostra possível o reconhecimento da conexão entre feitos, causa de determinação da competência que atua apenas na hipótese de competência *relativa* (Código de Processo Civil, art. 54), sendo que a competência deste juízo especializado é *absoluta*, pois definida em razão da *matéria*.

Oficie-se, pois, em resposta, com cópia da presente decisão.

XVII – Ainda, e prosseguindo na questão referente ao contrato de parceria, é certo que “*Durante o procedimento de recuperação judicial, o devedor ou seus administradores serão mantidos na condução da atividade empresarial, sob fiscalização do Comitê, se houver, e do administrador judicial*” (Lei nº 11.101/2005, art. 64).

Assim sendo, não há razão para que o terceiro Marcio Adriano dos Santos deixe de pagar à Sra. Rosimar Valler os valores devidos em razão do contrato de parceria celebrado entre eles.

**Todavia**, a circunstância, acima exposta, de que a recuperanda Rosimar Valler cedeu a posse e o produto do referido contrato ao Sr. Gilmar Góes – o que poderia acarretar seu afastamento das atividades (art. 64, inc. IV, “c”) – exige a adoção de cautelas adicionais, para se evitar a frustração do processo recuperacional.

Desse modo, deverá o Sr. Marcio Adriano dos Santos proceder aos pagamentos mediante depósito “*em conta vinculada à parceira Rosimar*”, na forma contratada, vedado, todavia, o pagamento a terceiros.

XVIII – Intime-se o Sr. Marcio Adriano dos Santos do quanto deliberado acima, bem como para que apresente em juízo, a cada depósito, o respectivo comprovante, para acompanhamento da Sra. Administradora Judicial e dos demais credores envolvidos no feito.

IX – Aguarde-se, no mais, a apresentação de objeções ao Plano de Recuperação Judicial.

X – Apresentada qualquer objeção, intime-se a Sra. Administradora Judicial para que sugira as datas para a realização da Assembleia Geral de Credores, e após voltem conclusos para sua convocação.

XI – Providências e intimações necessárias.

Cascavel, data da assinatura digital.

**LUCIANO LARA ZEQUINÃO**

Juiz de Direito Substituto

